

BC determinará ao mercado que continue a cobrar juros livres

O Banco Central está pronto para emitir uma instrução orientando o mercado financeiro a continuar a operar com taxas livres, porque o tabelamento de juros não é auto-aplicável. O diretor da Dívida Pública do Banco Central, Juarez Soares, informou que há um consenso no governo de que o tabelamento precisa de regulamentação e que, por isso, o consultor geral da República, Saulo Ramos, emite hoje um parecer dizendo para as empresas públicas continuarem a operar normalmente. "A menos que o presidente Sarney mude de idéia, não deverá haver surpresas quanto a essa questão", disse Soares.

Ele atribuiu a divulgação dos boatos, de que o tabelamento entraria imediatamente em vigor, aos especuladores do mercado. "Ontem foi dia de ganhar dinheiro. Com os boatos, muita gente que estava tendo que repor margem no ouro (que estava em queda) se desfez com lucro de sua posição, o mesmo ocorrendo com quem tinha OTN (Obrigações do Tesouro Nacional) ou queria vender dólares", afirmou.

De qualquer forma, a oficialização da não aplicabilidade dos juros só deve sair hoje. O que mais preocupa o diretor do Banco Central é a definição sobre o que são juros reais. "Uma operação de quatro dias, por exemplo, vai tomar como base que inflação para poder achar a taxa real?" indagou Juarez Soares. Na mesma

situação, se encontram as operações de adiantamento de câmbio, repasse e depósitos na Resolução 63.

Outra questão levantada por Juarez Soares é a forma de atuação do Banco Central depois que o tabelamento for aprovado. De acordo com suas informações, o Banco Central não precisa respeitar a limitação de 12% nos juros porque não se trata de operação de empréstimo. Por isso, se por algum tempo o Banco Central operar acima dessa patamar ele não estará infringindo nenhuma lei.

Nesse caso, o grande risco é de o Banco Central estatizar toda a poupança financeira. "Se praticarmos uma taxa acima de 12%, todo mundo vai aplicar nos títulos públicos e aí o sistema financeiro não sobrevive", alertou Soares.

Mas o grande problema é como o Banco Central vai respeitar esse tabelamento se não haverá como avaliar no dia a dia qual é a taxa real que está sendo estabelecida por ele. A idéia inicial é ajustar no fim do mês, fazendo com que a taxa real não fique acima desses 12%.

Preocupado com a entrada em vigor do tabelamento de juros é que o Banco Central vem evitando vender OTNs de

prazo muito longo. Na semana passada, por exemplo, anunciou a venda de OTNs de seis meses (que acabou não ocorrendo), mas não ofereceu os títulos com prazo de um ano. Dessa forma, as OTNs mais longas que estão no mercado serão resgatadas no dia 1º de março do próximo ano.

Em São Paulo, o vice-presidente do Banco Mercantil de Crédito, José Baia Sobrinho, disse que nenhum investidor quer aplicar a taxas baixas de juros e as instituições financeiras não têm interesse em aplicar a 12%, diante da insegurança do mercado. Mas o principal efeito negativo da paralisação dos negócios no mercado financeiro é que as empresas tomadoras de recursos ficarão sem assistência bancária por alguns dias.

Apenas os grandes conglomerados, como Bradesco e Itaú, conseguiram captar recursos a 12%. Para essas instituições a captação é atraente, pois giram com o dinheiro no overnight, que ontem pagou uma taxa anual de 40% reais. Diversos segmentos do mercado financeiro entendem que a criação de reciprocidade para o cliente, para compensar o tabelamento, está um pouco longe de ocorrer.

Mailson defende regulamentação

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, afirmou ao término da cerimônia de promulgação da nova Constituição que o tabelamento dos juros em 12% não é auto-aplicável, o que traduz uma posição do governo que deve ser ratificada hoje por parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Para Mailson, falta regulamentar o que é juro real para que se possa aplicar o tabelamento. No âmbito habitacional, afirmou o ministro, a medida é anti-social porque prejudicará os mutuários mais pobres. Juros superiores a 12% são cobrados para que o Sistema Financeiro da Habitação aplique uma taxa de 6% para os mutuários de baixa renda, o que não será mais possível com a nova postura. "Se for autoaplicável, acho que teremos que mudar a poupança", adiantou.

O ministro disse que pelos estudos que já fez sobre a nova Carta os acordos com os bancos credores sobre a dívida externa não terão que ser submetidos ao Congresso Nacional, mas somente ao

Senado, como ocorre hoje com os empréstimos solicitados pelos estados e municípios. O inciso I do artigo 49 determina que é da competência exclusiva do Congresso "resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional".

No entendimento de Mailson, o inciso se refere a atos praticados entre nações, e não a operações de crédito contratadas junto aos bancos. Se for assim, argumentou, mesmo empréstimos captados por empresas privadas terão que ser submetidos ao Congresso, já que a Constituição define que o mercado interno faz parte do patrimônio nacional. Pela análise do ministro, os acordos serão submetidos ao Senado antes de serem assinados, o que não acontecerá com o que foi recentemente fechado.

Mailson elogiou o estímulo ao debate propiciado pela Constituição, admitindo que a falta de discussão levou o governo recentemente a fazer várias revisões de

decretos-lei. Para ele, o decreto-lei não foi uma experiência bem sucedida no todo, delegando poderes enormes ao presidente e aos ministros, principalmente os da área econômica. Suas críticas ao texto constitucional se dirigiram ao tabelamento de juros e anistia fiscal.

□ "Não adianta combater a inflação sem reduzir o déficit público. Sem isso, não adianta pacto, ou real ou o diabo que o carregue." Foi como reagiu o ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, quando indagado sobre a proposta de pacto contida em documento entregue na noite da última terça-feira por empresários e trabalhadores ao presidente José Sarney. Mailson leu o texto e conversou sobre ele com o presidente. "É um documento de grande importância, positivo", admitiu.